DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

www.pwc.com.br

Associação Direitos Humanos em Rede

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e relatório do auditor independente

pwc

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e aos membros dos
Conselhos Fiscal e Deliberativo
Associação de Direitos Humanos em Rede

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação de Direitos Humanos em Rede ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Direitos Humanos em Rede em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", incluindo as disposições contidas na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 26 de fevereiro de 2021, sem ressalvas.

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

Associação de Direitos Humanos em Rede

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e de acordo com a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros", que regulamenta a contabilidade das entidades sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

Associação de Direitos Humanos em Rede

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de abril de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Ricardo Barth de Freitas
Signed By: RICARDO BARTH DE FREITAS:28107353870
CPF: 28107353870
Signing Time: 07 April 2022 | 15:05 BRT
ICP Brasil
7C4D818B9A114889620A6519BF1A81E

Ricardo Barth de Freitas
Contador CRC 1SP235228/O-5

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE

conectas direitos humanos

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

Ativo

	Nota explicativa	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	24.037.006	20.325.888
Outras contas a receber	4	70.606	64.253
		24.107.612	**20.390.141**
Não circulante			
Depósitos judiciais		128.779	114.393
Imobilizado	5	320.839	211.643
Intangível	5	45.371	26.956
		494.988	**352.992**
Total do ativo		**24.602.600**	**20.743.133**

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	2021	2020
Circulante			
Contas a pagar		322	11.204
Obrigações sociais	6	528.446	404.836
Doações antecipadas	7	17.238.531	14.945.737
		17.767.299	**15.361.777**
Não circulante			
Obrigações fiscais a recolher	15	129.848	116.377
		129.848	**116.377**
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	8	6.705.453	5.264.979
Total do passivo e patrimônio líquido		**24.602.600**	**20.743.133**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DS DS

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE

conectas direitos humanos

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Receitas com doações			
Doações nacionais	7	508.823	378.025
Doações no exterior	7	9.117.209	7.174.454
Receitas com voluntários	11	732	2.542
		9.626.764	**7.555.021**
Despesas das atividades			
Custos das áreas temáticas	9	(5.967.844)	(4.960.790)
Despesas continuadas	10	(3.294.303)	(2.407.142)
Voluntariado		(732)	(2.542)
Despesas tributárias		(39.189)	(38.129)
Recuperação de despesas	12	128.065	116.119
		(9.174.003)	**(7.292.484)**
Superávit antes do resultado financeiro		452.761	262.537
Resultado financeiro	13	**987.713**	**317.962**
Superávit do exercício		**1.440.474**	**580.499**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DS DS

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE

conectas direitos humanos

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Superávit do exercício		1.440.474	580.499
Resultado abrangente decorrente e ajustes		-	-
Resultado abrangente total		**1.440.474**	**580.499**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DS DS

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE

conectas direitos humanos

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**4.684.480**	**-**	**4.684.480**
Superávit líquido do exercício		**580.499**	**580.499**
Destinação do superávit	**580.499**	**(580.499)**	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**5.264.979**	**-**	**5.264.979**
Superávit líquido do exercício		**1.440.474**	**1.440.474**
Destinação do superávit	**1.440.474**	**(1.440.474)**	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**6.705.453**	**-**	**6.705.453**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE

conectas direitos humanos

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	**1.440.474**	**580.499**
Depreciações	64.803	73.672
		-
Ajustes de depreciação	(72)	-
		-
Superávit do exercício ajustado	**1.505.205**	**654.171**
(Aumento)/redução em ativos		
Outras contas a receber	(6.375)	(45.949)
Depósitos judiciais	(14.386)	(9.017)
Aumento/(redução) em passivos		
Contas a pagar	(10.787)	(4.973)
Obrigações sociais	123.610	71.833
Obrigações tributárias	13.471	9.227
Doações antecipadas	2.292.794	11.395.975
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**3.903.532**	**12.071.267**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(214.165)	(59.314)
Baixa do imobilizado	21.751	-
Caixa líquido utilizado das atividades de investimento	**(192.414)**	**(59.314)**
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**3.711.118**	**12.011.953**
Caixa e equivalentes de caixa no fim exercício	24.037.006	20.325.888
Caixa e equivalentes de caixa no início exercício	20.325.888	8.313.935
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**3.711.118**	**12.011.953**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DS DS

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

1. Contexto operacional

A Associação Direitos Humanos em Rede ("Conectas" ou "Entidade") é uma organização não governamental internacional, sem fins lucrativos, fundada em setembro de 2001 em São Paulo - Brasil. Sua missão é promover a efetivação dos direitos humanos e do Estado Democrático de Direito, no Sul Global - África, América Latina e Ásia.

Desde janeiro de 2006, tem status consultivo junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e, desde maio de 2009, dispõe de status de observador na Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos. Sua visão é de um mundo justo, com um movimento de direitos humanos realmente global, diverso e efetivo, onde instituições nacionais e a ordem internacional sejam mais transparentes, efetivas e democráticas.

Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições para contenção do vírus. A Conectas definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

Neste cenário, a Conectas vem monitorando os efeitos de suas atividades e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e descrição das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem fins lucrativos, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME – "Contabilidade para pequenas e médias empresas" e em conformidade com a ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros aprovada pela Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O valor justo dos trabalhos voluntários e das gratuidades é apresentado na Nota nº 11.

Na elaboração das demonstrações contábeis foi necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, incluindo estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, a apuração do valor justo dos ativos financeiros, provisões necessárias para contingentes e outras avaliações. O resultado real pode apresentar variação em relação a essas estimativas. A Conectas revisa essas estimativas e premissas pelo menos quando da preparação das demonstrações contábeis.

DS DS

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

As presentes demonstrações contábeis foram autorizadas pela Diretoria da Administração em 07 de abril de 2022.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Conectas e, também, a sua moeda de apresentação.

Resumo das práticas contábeis

2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, com liquidez diária, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizadas pela Conectas para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.2. Ativos financeiros

A Administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (b) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

As aplicações financeiras são classificadas como mensurados ao valor justo no resultado. Sua mensuração está detalhada no item (a) abaixo.

(a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado (déficit/superávit)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do superávit na rubrica "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do superávit afetada pela referida operação.

(b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem outras contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando método da taxa de juros efetiva, quando aplicável.

2.3 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição. Os bens recebidos em doação, pelo valor destacado em documento firmado pelo doador ou, na ausência deste, pelo valor simbólico de R$ 1 (um real), em contrapartida da conta de receita de doações. As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 5.

(a) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os ativos não financeiros são revisados periodicamente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado.

Uma perda pela redução do valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso.

(b) Intangível

Os intangíveis são software que foram comprados e são necessários para utilização nos computadores da organização (sistemas operacionas Windows e Office, na sua grande maioria).

2.4. Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.5 Tributos incidentes sobre as operações

A Conectas é uma entidade sem fins lucrativos, isento de recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido (Nota nº 13). Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias da atividade, destacamos os seguintes: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos; (b) contribuição para a

DS DS

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

Associação Nacional do Seguro Social (INSS) - pagamento integral da contribuição patronal e de empregados; (c) IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras - retenção feita regularmente pelas instituições financeiras; (d) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - contribuição de 8% incidente sobre o montante da folha de pagamentos.

2.6 Demais ativos e passivos circulantes

Os ativos são demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos e deduzidos por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. Os passivos registrados são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

2.7. Passivo não circulante

O passivo não circulante é composto de contingências por demandas judiciais descritas na Nota 15.

2.8 Patrimônio líquido

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

2.9. Apuração do resultado

As receitas com doações e contribuições são reconhecidas contabilmente quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência.

Ao final do exercício, os recursos não utilizados e que estão comprometidos com projetos são classificados no passivo como “Doações antecipadas” e seu reconhecimento no resultado se dará quando esses recursos forem utilizados.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Contas-correntes	1	8.941
Aplicações Financeiras **(*) (**)**	24.037.005	20.316.947
	24.037.006	**20.325.888**

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

(*) Representados por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, remunerados a taxas pós-fixadas em torno de 99,70% (2020 – 93,79%) ao ano do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e por operações compromissadas, com liquidez diária e utilizados pela Conectas para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(**) Parte dos recursos referem-se doações antecipadas de financiamentos sob nossa responsabilidade (vide Nota 7).

4. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2021, referem-se, principalmente, a adiantamento de aluguel, adiantamento a empregados e seguros D&O e Patrimonial.

5. Imobilizado e Intangível

	2021			2020	
	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação/ amortização (%)
Bem Móveis					
Drone	5.500	(2.074)	3.426	4.492	
Móveis e utensílios	169.241	(121.746)	47.495	64.094	10
Equipamento de Informática	418.424	(203.227)	215.197	72.147	20
Equip. de Telecomunicações	65.841	(24.360)	41.481	47.526	10
Equipamentos eletrônicos	27.506	(14.266)	13.240	18.615	20
Imobilizado em andamento (a)	-	-	-	4.769	
	686.512	**(365.673)**	**320.839**	**211.643**	
Bens intangível					
Softwares	102.336	(56.965)	45.371	26.956	20
	788.848	**(422.638)**	**366.210**	**238.599**	

A movimentação do imobilizado e intangível pode ser assim demonstrada:

	2021	2020
Saldos no início do exercício	**238.599**	**252.957**
Aquisição de bens	214.165	59.314
Baixa de bens	(21.751)	
Imobilizado em andamento		-
Depreciação	(64.803)	(73.672)
Amortização		
Saldos no final do exercício	**366.210**	**238.599**

a) O valor registrado na conta imobilizado em andamento, refere-se à aquisição de um equipamento em 12/2020 que constatou defeituoso e foi devolvido ao fornecedor em 01/2021, não houve incorporação ao imobilizado.

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

Em 2021, foi efetuada doação de máquinas não utilizadas, obsoletas e avariadas no valor total de R$ 16.982, o que não afetou no resultado financeiro pois estavam totalmente depreciados. A baixa e o ajuste foram efetuados mediante laudo físico fornecido pela AFIXCODE para atualização dos bens conforme normas contábeis estabelecidas pela NBC TG 1000.
Houve ajuste no saldo de depreciação para que corroborasse com o controle patrimonial gerencial num valor sem relevância para destaque.

6. Obrigações sociais

Referem-se principalmente a encargos relacionados à provisão de férias.

7. Doações e doações antecipadas

A Entidade recebeu doações com a finalidade de manutenção e programação dos projetos sociais sob sua responsabilidade.

Do total dos recursos recebidos em 2021 no montante de R$ **26.865.295** (2020 - R$ 22.498.216), **R$ 9.626.764** (2020 - R$ 7.552.479) foram aplicados neste exercício e **R$ 17.238.531** (2020 - R$ 14.945.737) serão aplicados em 2022 na continuidade dos projetos.

8. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos, a incorporação do resultado do período de 2020 foi efetuado no período corrente de 2021, juntamente com o superávit do exercício apurado no mesmo exercício.

Na hipótese de extinção da Conectas, o patrimônio será necessariamente destinado à entidade ou entidades sem fins lucrativos com propósitos semelhantes, qualificada nos termos da Lei nº 9.790/99.

Na hipótese da Conectas perder a qualificação instituída na Lei nº 9.790/99, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei nº 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

DS DS

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

9. Despesas das atividades

	2021	2020
Serviços prestados Pessoa Jurídica	(1.454.436)	(941.309)
Serviços prestados Pessoa Física	(29.507)	(25.543)
Gastos com pessoal	(1.575.711)	(1.227.673)
Gastos com viagem	-	(3.332)
Custos com áreas temáticas/iniciativas(*)	(5.967.844)	(4.960.790)
Outras despesas	(146.505)	(133.837)
Total	**(9.174.003)**	**(7.292.484)**

(*) Áreas Temáticas

	2021*	2020
Enfrentamento à Violência Institucional	(1.503.442)	(1.438.306)
Litígio Estratégico	(1.069.643)	(707.528)
Fortalecimento do Espaço Democrático	(1.803.512)	(1.696.641)
Desenvolvimento e Direitos Socioambientais	(1.591.247)	(1.118.315)
Total	**(5.967.844)**	**(4.960.790)**

(*) Representadas por:

Área temática	Iniciativa	2021
Enfrentamento à Violência Institucional	Pessoas Privadas de Liberdade	433.809
	Controle das Forças de Segurança e Uso das Forças	375.796
	Política de Drogas	387.566
	Controle de Armas	184.101
	Direito ao Protesto	122.170
	Subtotal da área	**1.503.442**
Litígio Estratégico	Litígio Estratégico	1.069.643
	Subtotal da área	**1.069.643**
Fortalecimento ao Espaço Democrático	Defesa da Sociedade Civil	279.120
	Migração e Refúgio	488.905
	Mobilizações Religiosas e Agenda de Direitos	209.474
	Defesa das Ações Afirmativas Raciais	173.958
	Advocacy	256.125
	Revista Sur	352.655
	Conectas 20 anos	43.275
	Subtotal da área	**1.803.512**
Desenvolvimento e Direitos	Financiamento do Desenvolvimento	324.287
	Impactos da Indústria Extrativista	391.233
	Combate à Escravidão Contemporânea e Precarização do	375.983
	Justiça Climática	499.744
	Subtotal da área	**1.591.247**
	Total geral	**5.967.844**

DS DS

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS
(informações descritivas não auditadas)

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

Pessoas Privadas de liberdade
O Brasil tem o quarto maior número de pessoas encarceradas no mundo, e essa situação não mudou por anos a fio. Conectas tem uma longa atuação pressionando por mudanças no sistema prisional do país. Através de ações de litigância estratégica nacionais e internacionais, pesquisas, inspeções regulares a presídios e incidências políticas e judiciais, Conectas procura responsabilizar os agentes públicos violadores, além de cobrar aprimoramento dos mecanismos de controle e de transparência nas unidades de privação de liberdade.

Por exemplo, a Conectas participou em audiência pública para discutir a situação do sistema prisional brasileiro. Convocado no âmbito do HC (Habeas Corpus) coletivo 165704 — que determina a substituição da prisão cautelar por domiciliar de presos responsáveis por crianças menores de 12 anos e por pessoas com deficiência, o evento foi conduzido pelo ministro relator do HC Gilmar Mendes e reuniu entidades da sociedade civil, Ministério Público, Defensoria Pública e outros órgãos. Representando a Conectas, Elaine Bispo da Paixão, articuladora da Frente Estadual pelo Desencarceramento da Bahia, afirmou que a superlotação nas unidades prisionais é uma das principais causas de violações aos direitos humanos das pessoas encarceradas e que o racismo estrutural faz parte da justiça criminal na Bahia e no Brasil.

Além disso, uma nota divulgada em 2021 por mais de 120 organizações de direitos humanos, incluindo a Conectas, alertou para a paralisação dos trabalhos do CNPCT (Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura), órgão é responsável por fiscalizar e prevenir torturas e maus-tratos em prisões, casas de idosos e hospitais psiquiátricos.

Finalmente, a Conectas e outras organizações participaram de uma audiência promovida pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em 2021 para debater o tema das audiências de custódia por videoconferência, com destaque para os efeitos da chamada justiça virtual sobre o direito de defesa e à integridade física de pessoas privadas de liberdade na região. Nessa oportunidade a Conectas apresentou que o fim das audiências de custódia presenciais – uma das principais ferramentas de contenção de abusos policiais – é, atualmente, um dos maiores obstáculos no combate à tortura no Brasil e na América Latina.

Controle das Forças de Segurança e Uso das Forças
Conectas defende uma mudança profunda do sistema de segurança. Conectas denuncia abusos cometidos por agentes de segurança e busca responsabilizar o Estado por omissão ou mesmo conivência com práticas de violência cometidas pelo seu braço armado contra seus cidadãos. Conectas também se ampara em padrões internacionais para produzir estudos e realizar propostas de mudança institucional incentivando boas práticas relacionadas a mecanismos de controle externo das forças de segurança públicas.

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

A ADPF das Favelas foi um dos nossos casos mais importantes em 2020, e em 2021 a equipe da Conectas continuou trabalhando arduamente para proteger a vida daqueles que são diretamente afetados pelas operações policiais no Rio de Janeiro. Nossas ações na ADPF se dão por meio do apoio aos movimentos das vítimas; acompanhamento da implementação; apresentar recursos para melhorar a decisão judicial; e refletir criticamente sobre os aprendizados.

Uma vitória que tivemos este ano foi em resposta aos recursos que apresentamos em 2021. **O Supremo Tribunal Federal aprovou a exigência proposta para a criação de um plano para reduzir a letalidade policial durante as operações nas favelas do Rio de Janeiro.** O governo do estado do Rio de Janeiro tem 90 dias para apresentar o documento. O plano deve conter medidas objetivas, prazos e uma estimativa dos recursos necessários para sua implementação. Além da proposta de criação do plano de redução da letalidade policial, os ministros também aprovaram a criação de um Observatório Judicial da Polícia Cidadã, a prioridade para apurar as operações de morte de crianças ou adolescentes, a obrigatoriedade da presença de ambulâncias quando houver confronto armado e o reconhecimento de que o uso da força letal pelos oficiais só se justifica em casos extremos, priorizando sempre a proteção da vida.

Política de Drogas

Conectas vem denunciando há anos as limitações e impactos da Lei de Drogas de 2006, sobretudo na justiça criminal. Juntamente com uma ampla rede de organizações da sociedade civil, a entidade realiza pesquisas, incidência legislativa para evitar novos retrocessos, propõe avanços no sentido de descriminalizar o uso ou regulamentar a produção, o comércio e o consumo de determinadas substâncias, assim como utiliza mecanismos internacionais para fazer denúncias e instiga debates públicos constantes com diferentes setores da sociedade.

Por exemplo, em 2021, Conectas e INNPD (Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas) apresentaram uma denúncia contra o Brasil na 47ª sessão do CDH (Conselho de Direitos Humanos), da ONU, pela política de controle de drogas do país.

As entidades chamaram atenção para os riscos das ações que estão sendo tomadas com base em uma "política de abstinência para as pessoas que usam drogas, esvaziando os serviços comunitários, enfraquecendo o acesso universal à saúde pública, enquanto investe pesadamente em centros de tratamento privados sem supervisão adequada". Ainda de acordo com a denúncia, "pessoas são frequentemente enviadas para esses lugares por meio da coerção das autoridades policiais."

Controle de Armas

Desde que assumiu a Presidência da República em janeiro de 2019, Bolsonaro emitiu uma série de decretos para alterar aspectos da Lei do Desarmamento – uma lei aprovada em 2003 que freou com sucesso o crescimento do número de homicídios causados por armas de fogo no país.

DS DS

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

Essas medidas do governo federal flexibilizaram os controles, exigências e limites à posse e propriedade de armas e munições, com vistas a gerar incertezas e caos regulatório. Em maio de 2019, o Processo ADPF (Alegação de Violação de Preceito Fundamental) nº 581 questionou a constitucionalidade de um desses decretos, nº. 9.785/2019, no Supremo Tribunal Federal.

Aceita como *Amicus curiae* no caso, Conectas destacou a relação entre o aumento do número de armas de fogo e o aumento de assassinatos, feminicídios, suicídios e acidentes fatais envolvendo crianças. Nesse sentido, a organização destacou que os decretos violam as garantias fundamentais que inspiraram a Lei do Desarmamento – o direito à vida e à segurança pública e a dignidade da pessoa humana – e deixam a juventude negra particularmente exposta ao aumento da violência.

Em abril de 2021, a relatora do caso, ministra Rosa Weber, emitiu liminar suspendendo diversos dispositivos de quatro decretos assinados pelo presidente Jair Bolsonaro. O caso foi levado ao plenário da Corte, juntamente com diversos outros casos de impugnação de outros decretos, e atualmente aguarda julgamento após adiamento solicitado pelo Ministro Kássio Nunes Marques. Enquanto isso, a suspensão ordenada por Rosa Weber permanece em vigor.

Direito ao Protesto

Conectas tem uma longa atuação contra iniciativas que tentam restringir o direito ao protesto. Para fazê-lo, Conectas trabalha nacional e internacionalmente para a impedir a punição de manifestantes pelo exercício de seu direito de reunião. Denunciamos abusos das forças de segurança pública e atuamos em âmbito nacional e internacional pela responsabilização dos autores da repressão arbitrária das manifestações.

Em 2021, por exemplo, a Conectas junto com cerca de 650 organizações enviaram carta à CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos) solicitando visitas à Colômbia e criação de mecanismos para investigação dos crimes que estão acontecendo nesses eventos. Isso se deu após protestos na Colômbia serem alvos de repressões e uso excessivo da força por parte das forças de segurança. Em abril, os protestos na Colômbia foram iniciados, devido ao descontentamento da sociedade civil com o contexto político no país, tendo como estopim o descontentamento com uma proposta de reforma tributária. As manifestações foram violentamente reprimidas por agentes de segurança, num contexto de violação sistemática de direitos humanos.

FORTALECIMENTO DO ESPAÇO DEMOCRÁTICO

Defesa da Sociedade Civil

Conectas atua no sentido de denunciar e reverter as tentativas de criminalizar e limitar a existência e atuação de organizações, movimentos e defensores de direitos humanos, especialmente ações que se desenvolvem por meio de legislações e políticas restritivas. Uma forte atuação no Brasil é acompanhada por ações de solidariedade a parceiros em países que também sofrem ameaças nesse campo.

DS DS

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

Conectas – ao lado do Instituto Igarapé, Instituto Sou da Paz e Transparência Internacional – entrou com uma petição no Tribunal de Contas da União (TCU) para impedir que o Ministério da Justiça e Segurança Pública contrate o sistema spyware Harpia".

A Harpia Tech, responsável pelo serviço, venceu uma licitação do Ministério da Justiça para a contratação de serviços de espionagem. Para começar - como expõe matéria no portal UOL - o ministério estava interessado em comprar o software de vigilância Pegasus. Este sistema, desenvolvido pela empresa israelense NSO Group, tem sido usado por dezenas de governos em diferentes países para hackear telefones celulares de opositores políticos, jornalistas e defensores de direitos humanos. No entanto, a empresa desistiu das negociações com o governo brasileiro devido a supostas irregularidades.

As entidades afirmaram que embora o Grupo NSO já tenha desistido, o principal problema foi a falta de transparência na condução deste processo licitatório, impedindo "a população de conhecer os limites do que exatamente está sendo contratado com dinheiro público". Em novembro de 2021, o TCU (Tribunal de Contas da União) decidiu por unanimidade pela suspensão da compra do spyware, Harpia, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. E em janeiro de 2022, o Tribunal de Contas da União decidiu manter uma decisão de novembro de 2021 que suspende a aquisição do sistema de spyware Harpia pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O último número da Revista Sur inclui uma seção dedicada à vigilância e seus impactos nos direitos humanos.

Migração e Refúgio

Em 2021, Conectas continuou seus esforços para proteger os direitos de migrantes e pessoas em situação de refúgio no Brasil. Isso se deu principalmente por meio da proteção da já estabelecida Lei de Migração e barrando ações do governo que violassem os direitos destes grupos.

Conectas ajudou a organizar uma Missão híbrida (virtual e *in loco*) do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) a Boa Vista e Pacaraima, cidades no estado de Roraima, para verificar as violações que têm ocorrido nessas localidades e emitir recomendações acerca dos direitos humanos de pessoas migrantes e refugiadas. No dia 05/04, aconteceu uma audiência pública com organizações locais e outras partes interessadas, como uma primeira etapa desse processo. Mais de 80 pessoas se inscreveram para participar e a audiência também foi transmitida pelo YouTube da Conectas (houve dificuldade técnica e CNDH não conseguiu transmitir pelos canais do Conselho). A Missão também teve outras etapas, como pedidos de informações e reuniões virtuais com autoridades. Além disso, no segundo semestre de 2021 realizamos uma visita presencial na qual pudemos acompanhar a missão e trocar com diversas pessoas que estão trabalhando em campo.

DS DS

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

Também no intuito de fazer valer o princípio da regularização documental presente na Lei de Migração e tendo em vista o grande número de pessoas em situação irregular no Brasil devido às Portarias de fechamento de fronteira, organizamos por meio da Rede de Advocacy Colaborativo (RAC) uma reunião entre parceiros/as e o atual relator do Projeto de Lei (PL) 2699/2020, Dep. Jefferson Campos (PSB-SP), que dispôs sobre a regularização migratória emergencial, para apresentar nosso apoio técnico ao projeto. Como fruto de articulações em torno do projeto feitas desde o início da pandemia, a Conectas foi convidada a participar de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara sobre regularização migratória e fechamento de fronteiras.

Em 2021 tivemos uma vitória proveniente de ação judicial iniciada em 2020. Conectas e DPU entraram com uma ação civil pública na Justiça Federal contra uma lei municipal de Boa Vista que restringia o atendimento de migrantes em unidades básicas de saúde e hospitais da cidade. Apesar de ter pedido liminar negado, recorremos ao TRF-1, que acolheu nosso pedido e determinou que o município não estabeleça quaisquer discriminações de nacionalidade nos serviços básicos de saúde. Em abril de 2021, houve sentença favorável da Justiça Federal, que também estabeleceu que o descumprimento acarretaria em uma multa diária de 100 mil reais.

Finalmente, outra vitória que tivemos nessa temática foi a decisão da Controladoria Geral da União (CGU) prolatada em novembro de 2020, ao deferir recurso apresentado por nós em relação ao pedido de acesso à informação feito ao Ministério da Justiça requerendo que as atas de reuniões do Conare fossem publicadas no site (nenhuma era publicada desde março de 2018).

Mobilização Religiosa e Agenda de Direitos

Conectas trabalha para defender o Estado laico, a liberdade e a pluralidade religiosa. Em 2021 fizemos uma publicação em nosso site sobre "Os religiosos LGBTI+ e a importância da disputa por espaços". Além disso, a iniciativa teve uma vertente de proteção dos direitos de grupos politicamente minoritários que se veem afetados por atos legislativos. Por esta razão, um trabalho fundamental foi monitorar estes atos legislativos que podem violar direitos de minorias religiosas, mulheres, meninas e pessoas LGBTI+ tentando impedir qualquer retrocesso.

Defesa das Ações Afirmativas Raciais

Conectas atua ativamente na Defesa das Ações Afirmativas Raciais. Por exemplo, em 2021, realizamos um levantamento de todos os projetos de lei relacionados à Cotas Raciais e juntamente com outras organizações fizemos o monitoramento e atuação nas leis que pudessem colocar a Lei de Cotas em risco. Além disso, atuamos no marco das discussões em torno da celebração dos 20 anos da Conferência de Durban, pautando como um dos temas prioritários a defesa da Lei de Cotas no Ensino Superior no Brasil.

DS DS

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

Também acompanhamos a internalização e implementação da Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância. E estamos atuando para que outros países recomendem ao Brasil a manutenção da lei de cotas durante a passagem do país na Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra.

Revista Sur

O objetivo da **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos** é influenciar a agenda global de direitos humanos, produzindo, promovendo e divulgando pesquisas e ideias inovadoras, principalmente do Sul Global, na prática de direitos humanos.

A edição número 31 da Revista Sur apresenta uma série de discussões sobre o tema "Direitos humanos no contexto de Pandemia: impactos e respostas". A publicação, editada pela Conectas, está disponível on-line e gratuitamente em português, inglês e espanhol.

Com autoras e autores do Peru, Chile, Índia, Colômbia, Brasil e África do Sul, os textos refletem os impactos da pandemia de Covid-19 no Sul Global por meio de análises, discussões e experiências de diferentes grupos, que incluem respostas à Covid-19, mobilização social, geopolítica das vacinas, assim como os desafios do vigilantismo e da acumulação de dados para os direitos humanos. A edição intersecciona ainda contextos locais, como favelas, comunidades indígenas e negras, com o cenário mais amplo, envolvendo sistemas de justiça e organizações internacionais.

DESENVOLVIMENTO E DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS

Financiamento do Desenvolvimento

Conectas realiza o monitoramento e promove ações de incidência destinadas a incrementar a prestação de contas das instituições financeiras de desenvolvimento e promover reformas no marco institucional e normativo que governa a atuação desses intermediários.

Em agosto de 2021, Conectas publicou uma série de três artigos e um vídeo discutindo os impactos da instalação do maior complexo de parques eólicos do Brasil (O Complexo Ventos do Araripe III - construído pela empresa brasileira Casa dos Ventos Energias Renováveis SA com financiamento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) e NDB (Novo Banco de Desenvolvimento) para a comunidade vizinha do Araripe. Os artigos discutiram como a instalação de parques eólicos no sertão nordestino impacta as comunidades tradicionais; como as comunidades quilombolas veem os projetos; e o papel dos bancos de desenvolvimento.

Em parceria com o International Accountability Project e lideranças comunitárias, preparamos uma sessão no Fórum Popular sobre os BRICS em outubro de 2021. A sessão que organizamos foi intitulada "Bancos de Desenvolvimento e comunidades tradicionais: é possível garantir empreendimentos sustentáveis e a proteção da vida humana direitos?". Foi uma importante

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

oportunidade para os líderes comunitários do Araripe expressarem suas preocupações sobre os impactos do parque eólico em suas comunidades perante uma audiência internacional, visando aumentar a conscientização internacional sobre o caso. Assim, no evento, apresentamos o material que produzimos na Comunidade do Araripe e os impactos causados pela instalação dos Parques Eólicos do Complexo Ventos do Araripe III.

Impactos da Indústria Extrativista

Conectas entende os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas como um instrumento importante para proteger os direitos humanos e promover a responsabilidade corporativa. Trabalhamos para aumentar a conscientização a respeito dos princípios e pressionamos o governo brasileiro para implementá-los, apresentando a situação do país em fóruns internacionais.

Conectas junto com organizações da sociedade civil denunciaram na ONU uma política de desmonte ambiental, em curso no Brasil. Quatro entidades brasileiras alertaram a comunidade internacional sobre uma série de projetos de lei que atualmente tramitam no Congresso Nacional e visam a enfraquecer ainda mais os mecanismos de proteção ao meio ambiente e aos povos indígenas. Além disso, realizamos sustentação oral no Julgamento no STF sobre terras indígenas (conhecido como caso do marco temporal).

Combate à Escravidão Contemporânea e Precarização do Trabalho

No combate à escravidão contemporânea, a Conectas atua por meio de parcerias com organizações locais de trabalhadores. Junto a essas organizações, Conectas monitora as políticas brasileiras e atua nacional e internacionalmente para barrar retrocessos.

Em 2021, diante do desmonte das políticas de combate ao trabalho escravo, diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil atuaram para barrar retrocessos na área e garantir os direitos de trabalhadoras e trabalhadores. Entre as ações, está a mobilização contra a proposta de uma minirreforma trabalhista que chegou ao Congresso Nacional. Por meio de incidência política, a Conectas e outras organizações atuaram ainda em diferentes frentes para fomentar a criação de novas normativas que tornem todo os processos de produção em todos os setores, mais transparentes, prevenindo e eliminando riscos de haver novos casos de trabalho análogo à escravidão. Em setembro de 2021, o Senado derrubou a MP da minirreforma trabalhista.

Enviamos para Mariana Neris - Secretária Nacional de Proteção Global - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e Bruno Bianco Leal Secretário Especial do Ministério da Economia, pressionando por orçamento adequado para a execução da política de combate ao trabalho escravo. O orçamento foi aprovado em março de 2021 com a incorporação das emendas propostas por nosso grupo a parlamentares para garantir orçamento para ações de combate à escravidão contemporânea. Nosso trabalho foi fundamental para garantir a existência de tal orçamento.

DS DS

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

Em outubro de 2021, realizamos um mini-workshop em parceria com INESC sobre orçamento público e monitoramento da execução de recursos para organizações parceiras. O objetivo da formação foi preparar nossa equipe para a incidência no orçamento público de 2022 para combate à escravidão contemporânea. A partir disso compreendemos a necessidade de melhorar o acompanhamento da execução de recursos e iniciativas que poderiam ser colocadas em prática para fazer com que o que foi conquistado para 2021 seja mantido para o ano seguinte.

Justiça Climática

Conectas busca a adequação de processos políticos, econômicos e sociais aos compromissos das emissões de gases do efeito estufa e combate ao racismo climático.

Em 2021, a Conectas realizou a publicação virtual (e-book) de artigos sobre direito e clima - "Clima e Direitos Humanos: Vozes e Ações". Além disso, organizamos o lançamento online do e-book com a participação de atores externos envolvidos com a temática, Conrado Hubner, e a juíza Rafaela Rosa. Também fizemos nova tiragem e envio do Guia de Litigância Climática para atores-chave no Brasil, como sociedade civil e comunidade jurídica. Também realizamos três dias de oficina com temáticas de Justiça Climática e Direitos Humanos que contou com a participação ativa de cerca de 60 pessoas por dia de diferentes áreas. No mais, realizamos um evento sobre Racismo Climático nas periferias de São Paulo no Circuito Urbano da ONU Habitat.

No mais, apoiamos uma carta para o BNDES com convite para diálogo sobre fundos socioambientais, participamos do GT Político do Observatório do Clima, e assinamos carta sobre os PLs de Licenciamento Ambiental e Grilagem, e lideramos conversas com a CIDH e a UE para aumentar a pressão.

Finalmente, atuamos nas seguintes ações enquanto *Amicus curiae*: 1. Fundo Clima (ADPF 708); 2. Fundo Amazônia (ADO 59); 3. Litígio Climático PPCDam (ADPF 760); 4. Ação da Pedalada Climática (Ação Popular nº 5008035-37.2021.4.03.6100).

Também é importante citarmos que realizamos a tradução e apresentação ao STF do relatório do IPCC, nos casos em que requeremos a entrada como *Amicus curiae*.

Incidência Internacional

O trabalho internacional da Conectas tem como base o monitoramento da Política Externa Brasileira, a construção de solidariedade internacional, o acionamento de mecanismos internacionais e a expressão da voz do Sul Global em fóruns internacionais. A Política Externa Brasileira mudou profundamente, passando a uma posição nos fóruns internacionais de oposição aos direitos das mulheres e da população LGBTI+. Nesse contexto, a Conectas atuou para dar visibilidade a esses posicionamentos dos representantes do Brasil nos fóruns internacionais, particularmente nas sessões do Conselho de Direitos Humanos.

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

Conectas capacita organizações no Brasil no uso dos mecanismos internacionais de direitos humanos.

Por exemplo, participamos ativamente da 46ª sessão do UNHRC. Ao lado da Comissão de Arns, denunciamos as omissões do Governo Federal no combate à pandemia. Essa denúncia repercutiu na mídia nacional, inclusive no renomado noticiário do horário nobre Jornal Nacional.

Conectas, ao lado de parceiros, fez um pronunciamento durante o diálogo interativo com o relator da ONU sobre tortura denunciando o uso de videoconferência para audiências de custódia.

Ao lado do Instituto Igarapé e do Instituto Sou da Paz, Conectas fez um comunicado apresentando uma denúncia contra os Decretos que, apesar dos altos índices de violência armada, aumentaram o acesso a armas e munições e reduziram a capacidade do Estado de controlar esses arsenais.

LITÍGIO ESTRATÉGICO

Como fica claro nos exemplos de atividades das áreas programáticas, o Litígio Estratégico é uma ferramenta utilizada por todos os programas que atua de forma proativa e reativa, em colaboração com outras organizações do campo e de forma ágil.

Atuamos em 60 casos em 2021, sendo 43 completamente novos:**Enfrentamento à Violência Institucional**
Tribunais Nacionais:
1. ADI 5032 - Competência Justiça Militar;
2.ADI 5901 - Competência Justiça Militar;
3. ADPF 289 - Competência da Justiça Militar;
4. ADPF 635 - ADPF das Favelas;
5. ADI's 6139 - Decreto de Armas;
6. ADI 6675- Decreto de Armas;
7. ADPF 581 - Decreto de Armas;
8. ADI 6841 - Audiências de Custódia por Videoconferência;
9. ADPF 347 - estado de coisas inconstitucionais;
10. AREsp Revista Vexatória;
11. HC perfilamento racial;
12: STJ Pena Multa Internacional:
13. Desaparecimento Forçado CIDH;
14.Cracolândia CIDH;
15.Chacina Jacarezinho CIDH;
16.Chacina Jacarezinho ONU;
17. Crimes de Maio ONU;
18. Crimes de maio (Pq Bristol) CIDH;

DS DS

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

19. Caso Gerson Mendonça CIDH;
20. Caso Favela Nova Brasília - cumprimento de sentença Corte IDH;
21. Audiências pelo fim das videoconferências CIDH

Tribunais Locais e outras instâncias:
22. ACP Privatização dos Presídios TJSP;
23. Cracolândia TJSP;
24. Representação Comunidades Terapêuticas MPF;
25. ACP Comunidades Terapêuticas JF de PE;
26. Audiências de finalização por videoconferência CNJ;
27. Cracolândia CNDH;
28. Criminalização Mães de maio MPSP;
29. Criminalização Mães de maio CNMP;
30. Compra de fuzis pela GCM-SP TCM.

Fortalecendo o Espaço Democrático

Tribunais Nacionais:
31. PGR x Defensorias - STF;
32. Investigação pela LSN - STF;
33. ADPF 795 - PNDH - STF;
34. ADI 6590 - Educação inclusiva;
35. ADPF 751 - Educação inclusiva - STF;
36. ADI 5901 - Tratados - Convenção 169 OIT - STF;
37. ADI 6.544 - UNASUL - STF;
38. ADPF 622 - Conanda - STF.

Internacional:
39. Cautelar crise de saúde no Amazonas -CIDH.

Tribunais Locais e outras instâncias:
40. ACP Magazine Luiza - TRT 10; 41. REsp no Agravo da ACP 007 - TRF-3;
42 ACP - Fronteiras - Acre - TRF-1;
43. Apelação e Agravo - Clamor do Rio - TRF-1;
44. ADI Estadual - Lei de Saúde - Boa Vista - TJ-RR;
45. Sistema de Vigilância - TCU;
46. Ação Popular PNDH - JF da BA;
47. ACP - Roraima - Abrigos - Pedido de não deportação - JF de RR;
48. NF - Pazuello - Portaria de Saúde - Improbidade - MPF.

Defesa dos Direitos Socioambientais

Tribunais Nacionais:
49. ADPF 742 - Quilombolas - STF;
50. ADPF 709 - Indígenas e Covid - STF;

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

51. ACO 1100 - Marco Temporal;
52. RE 1.017.365/SC - STF - Marco Temporal;
53. ADPF 708 - Fundo Clima - STF;
54. ADO 59 - Fundo Amazônia - STF;
55. ADPF 623 - CONAMA – STF

Tribunais Locais e outras instâncias:
56 . Ação Cível - Pedalada Climática - JF de SP;
57. Trabalho escravo - Dunkin - PCN;
58. Trabalho escravo - JDE - PCN;
59. Trabalho escravo - Nestlé - PCN;
60. Trabalho escravo - Mc Donalds - PCN.

CONECTAS 20 ANOS

Conectas celebrou **20 anos** de atuação em direitos humanos. Para comemorar, lançou um livro que conta a trajetória desses 20 anos. Lançada no Dia Internacional dos Direitos Humanos, publicação "Conectas 20" reúne 20 trajetórias de personagens centrais destas duas décadas mostram como a organização tornou-se peça-chave na consolidação de um movimento de direitos humanos inovador e agregador de diferentes atores que transformam realidades sociais no Sul Global.

10. Despesas continuadas

São despesas referentes as áreas de base da organização, sendo: administrativa e financeira, captação, comunicação e desenvolvimento institucional; estas áreas dão suporte aos programas (áreas temáticas) da Conectas, bem como tratam de assuntos institucionais gerais (governança, gestão de Pessoas, relação com donatários, comunicação institucional, etc).

11. Valor justo dos trabalhos voluntários e gratuidades

Os trabalhos voluntários identificados pela administração, bem como o seu valor justo, podem ser assim descritos:

	2021	2020
Voluntários		
Áreas temáticas	732	2.542
Total	**732**	**2.542**

Esses valores foram reconhecidos na demonstração do superávit na rubrica de "Receitas com voluntários" com contrapartida em "Despesas das atividades".

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

O valor justo dos trabalhos voluntários descritos acima, estão apresentados de acordo com a Interpretação ITG-2002 (R1 - 2015) advinda da Resolução CFC no. 1409/12. Foi determinado a partir do valor que a Conectas estaria disposta a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço executado pelos voluntários. Nesse sentido, a administração fez sua melhor estimativa de valor justo com base em informações do próprio prestador de serviço, uma vez que, em geral, ele também presta o mesmo serviço para outras entidades, mas com remuneração, e/ou com base em informações de mercado - especialmente no caso de prestação de serviços para a qual há um mercado ativo e maduro, onde as informações sobre o custo de serviços é amplamente divulgado ou de fácil obtenção, sempre considerando o porte e complexidade das operações da Conectas.

12. Recuperação de despesas

Há, entre Conectas e Instituto Pro Bono, (CNPJ nº 04.613.118/0001-46) um Memorando de Entendimento, onde a Conectas apoia o Instituto Pro Bono compartilhando o espaço e recebe um reembolso de parte das despesas operacionais mensais.

13. Resultado financeiro

	2021	2020
Rendimento de aplicação financeira	989.609	320.257
Outras receitas financeiras	8	63
Despesas bancárias	(1.846)	(2.133)
Outras despesas financeiras	(58)	(225)
	987.713	**317.962**

14. Imunidade do Imposto de Renda e isenção das contribuições previdenciárias e sociais

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da Entidade, desde que atendidas às demais condições legais.

A Conectas atende aos requisitos da legislação sendo imune do Imposto de Renda (com base no artigo 150 da Constituição Federal) e isento da contribuição social sobre o superávit e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) conforme Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, que dispôs, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas dessa contribuição às receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532/97. Em consonância com as divulgações requeridas pela NBC ITG -2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros", caso a entidade não fosse isenta a alíquota vigente para recolhimento é 9% (contribuição social) e 7,6%

DS DS

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

(financiamento da seguridade social - COFINS), 1,65% PIS/FATURAMENTO, 15% (Imposto de Renda). A Conectas tem o título de OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, por Despacho do Secretário Nacional de Justiça, publicado no DOU de 07 de novembro de 2003.

15. Demandas judiciais

A partir de 1º de julho de 2015, com vigência do Decreto nº 8426/2015, as pessoas jurídicas tributadas com base no regime não cumulativo devem apurar a contribuição para PIS/PASEP e a COFINS pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente.

Define a Lei nº 10.637/02, em seu artigo 8º, e a Lei nº 10.833/03, em seu artigo nº 10, que as Pessoas Jurídicas imunes a impostos ficam sujeitas ao regime cumulativo das contribuições.

Assim, por não haver tratamento específico, as Pessoas Jurídicas isentas, como a Conectas, se sujeitariam ao regime não cumulativo e, portanto, deveriam tributar suas receitas financeiras conforme o Decreto nº 8.426/2015, que traz as alíquotas de 0,65% para PIS/PASEP e 4% para COFINS. Visto que, conforme artigo 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/01, a contribuição para o PIS/PASEP de entidades isentas é calculada sobre a folha de salários, somente ocorreria a apuração de COFINS sobre as receitas financeiras das entidades isentas.

A Conectas optou por discutir judicialmente o tributo com base em orientação de seus advogados, por meio de mandado de segurança preventivo, com pedido de liminar inaudita altera parte, tendo como base:

- Inconstitucionalidade da instituição do tributo;
- Da imunidade, respaldada no 195, § 7ª da Constituição Federal, amparada pelo artigo 3º da Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS).

Não obstante, a Conectas efetuou provisão no valor de R$ 129.848 (em 2020 - R$116.377), conforme balanço patrimonial – ativo não circulante - “Depósitos Judiciais” para o devido recolhimento em juízo enquanto aguarda o resultado da discussão judicial.

16. Outras informações

(a) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Conectas não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos;

(b) A Conectas não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes pós sua saída ou plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações;

DS DS

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

(c) Conectas possui Seguro D&O desde 26 de fevereiro de 2016, que compreende o pagamento a título de perdas e danos, devido a terceiros pelo Seguro em decorrência de ato ou fato, pelo qual seja responsabilizado, reclamado e/ou notificado durante o período de vigência da apólice, ou, quando expressa contratualmente previsto, em data anterior compreendida no período de retroatividade de cobertura, desde que o segurado tenha comunicado a seguradora durante o período de vigência do seguro e que o terceiro tenha a ele apresentado sua reclamação, durante a vigência da apólice ou durante o período complementar ou suplementar se adquirido pelo segurado. O âmbito de cobertura é mundial, com as seguintes coberturas adicionais:

- Cobertura para processos judiciais, administrativos ou arbitrais, incluindo, mas não limitando, à responsabilidade cível, consumerista, previdenciária ou criminal;
- Custos de investigação conduzida por órgão governamental;
- Reclamações relacionadas à responsabilidade tributária;
- Práticas Trabalhistas Indevidas (EPL);
- Erros e omissões na prestação de serviços profissionais e falha dos produtos;
- Custos de Defesa para Multas e Penalidades;
- Processos de Bens e Liberdade;
- Bloqueio e indisponibilidade de bens;
- Reclamações movidas por uma pessoa segurada;
- Reclamações movidas pelo tomador, organizações ou entidades externas;
- Custos incorridos em processos de extradição;
- Reclamações por dano material e corporal;
- Reclamações por dano moral;
- Cobertura automática para novas subsidiárias;
- Cobertura para processos já existentes contra PJ que venham a recair, durante a vigência da apólice, contra os administradores em função da desconsideração da personalidade jurídica;
- Cobertura para custos de defesa para reclamações relacionadas à concessão de Garantias pessoais (Aval e Fiel depositário);
- Custos emergenciais;
- Proteção da imagem pessoal (Despesas de Publicidade);
- Cobertura para Inabilitação
- Eventos extraordinários com reguladores;
- Gerenciamento de crises.

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

17. Eventos subsequentes

Não observamos nenhum evento subsequente entre o encerramento contábil e emissão deste documento que ensejasse menção nestas notas explicativas.

DocuSigned by:
Juana Magdalena Kweitel
A67FB7F38F454FE...

Juana Magdalena Kweitel
Diretora Executiva

DocuSigned by:
Kelvin Nobre Oliveira
0967A62587D048B...

Kelvin Nobre Oliveira
Contador
CRC: 1SP314009-O/0 - SP
CPF: 379.715.758-40

DocuSign Envelope ID: 9E2A3 AD-C5C2-44 5-877c-cCB E1c5D14

Atenção! Esta folha não deverá ser destacada do trabalho! Não a descarte! Ela é essencial para a continuidade do trabalho toda vez que retornar ao DPT.

Controle do DPT-SP / Word
Dados do trabalho

Cliente	- **Associação Direitos Humanos em Rede**
Código do projeto	- 01054180/0001/01
Departamento	- 01AAAAA000-01 SPO-ASR COR AUD-ASSURANCE
Nome do arquivo	**- ASSOCDIREITOSHUMANOSREDE21.DEZ**
Diretório	**- DPT:\DEZ**
Encaminhar para	**- CRISTIANE SABINO - SAO PAULO**

****

Controle de tarefas (gravação/correções/padrão/cheque/leitura)

Inclusão no Team Foundation/	
Padrão PwC sem cheque	- Nathalia A./07.04.22/30' (+Ass. Docusign e quebras DF)
Cheque-padrão	-
1ª revisão	-
Cheque	-
2ª revisão	-
Cheque	-

****

OBSERVAÇÕES: ***Arquivo movido do Portal***
Chamado 1857986
Assinatura Docusign